

FUNDAÇÃO GOL DE LETRA

**Demonstrações Financeiras para o exercício
findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Relatório dos Auditores Independentes**

NOSSOS ESCRITÓRIOS

São Paulo

Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville

☎ 11 3661-9933

✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO

Recife

✉ recife@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro

✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre

✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

📘 [/audisa.consultores](https://www.facebook.com/audisa.consultores)

📷 [@grupoaudisa](https://www.instagram.com/grupoaudisa)

🌐 [/company/grupoaudisa](https://www.linkedin.com/company/grupoaudisa)

🌐 PORTALAUDISA.COM.BR

FUNDAÇÃO GOL DE LETRA

Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Conteúdo

Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações contábeis.....

Balanco Patrimonial.....

Demonstração do Resultado do Período.....

Demonstração do Resultado Abrangente.....

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....

Demonstração dos Fluxos de Caixa.....

Notas explicativas às demonstrações contábeis.....

NOSSOS ESCRITÓRIOS

São Paulo

Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville

☎ 11 3661-9933

✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO

Recife

✉ recife@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro

✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre

✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

📘 /audisa.consultores

📷 @grupoaudisa

🌐 /company/grupoaudisa

🌐 PORTALAUDISA.COM.BR

FUNDAÇÃO GOL DE LETRA

CNPJ. : 02.820.605/0001-54

**“RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS”****Opinião sobre as demonstrações contábeis**

Examinamos as demonstrações contábeis da **FUNDAÇÃO GOL DE LETRA** que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado do período, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as Demonstrações Contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição Patrimonial e Financeira da Entidade, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser

NOSSOS ESCRITÓRIOS**São Paulo**Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville

☎ 11 3661-9933

✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO**Recife**

✉ recife@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro

✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre

✉ portoalegre@grupoaudisa.

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

f /audisa.consultores

@grupoaudisa

in /company/grupoaudisa

PORTALAUDISA.COM.BR

que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão

NOSSOS ESCRITÓRIOS

São Paulo

Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville

☎ 11 3661-9933

✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO

Recife

✉ recife@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro

✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre

✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

📘 /audisa.consultores

📱 @grupoaudisa

🌐 /company/grupoaudisa

🌐 PORTALAUDISA.COM.BR

fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conceito das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP, 19 de Maio de 2022

AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS
CRC/SP 2SP 024298/O-3

Alexandre Chiaratti do Nascimento
Contador
CRC/SP 187.003/ O- 0
CNAI – SP – 1620

NOSSOS ESCRITÓRIOS**São Paulo**

Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville

☎ 11 3661-9933

✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO**Recife**

✉ recife@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro

✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre

✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

📘 /audisa.consultores

📷 @grupoaudisa

🌐 /company/grupoaudisa

🌐 PORTALAUDISA.COM.BR

ASSINADO DIGITALMENTE POR:

ALEXANDRE CHIARATTI DO
NASCIMENTO (14782348819)
Data: 5/24/2022 4:06:29 PM -03:00



VALIDAR DOCUMENTO

Código de validação: 24C97-B54B6-52CD7-706D6

Para verificar assinatura após ter assinado acesse o link a abaixo:

<https://fenacondoc.com.br/valida-documento/24C97-B54B6-52CD7-706D6>

A validação também pode ser feita utilizando o QR Code abaixo:



Fundação Gol de Letra
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021 e 2020

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4	15.453.358	14.045.113				
Caixa	4	379	6.050				
Bancos Cta.Movimento e Aplicação S/ Restrição	4	1.563.862	1.576.272	Salários, férias e encargos sociais	6	389.828	318.260
Bancos Cta.Movimento e Aplicação C/				Obrigações tributárias		3.410	1.096
Restrição - Recursos de Projetos	4	13.889.117	12.462.791	Outras contas a pagar		7.760	10.368
Adiantamentos		749.670	203.902			<u>400.998</u>	<u>329.724</u>
Outros Ativos Circulantes		4.539	-				
		<u>1.809.953</u>	<u>3.417.596</u>	Projetos a incorrer	7	15.977.429	15.991.437
Recursos a receber		<u>18.017.519</u>	<u>17.666.611</u>	Contas a pagar rec restritos		39.117	13.313
						<u>16.016.546</u>	<u>16.004.750</u>
				Não circulante			
Nã Depósitos judiciais		6.996	6.996	Outras contas	8	1.800.000	1.800.000
Imobilizado	5	6.009.286	5.756.394	Receitas Diferidas	9	755.098	758.281
Intangível	5	11.911	12.435			<u>2.555.098</u>	<u>2.558.281</u>
		<u>6.028.193</u>	<u>5.775.825</u>				
				Patrimônio líquido	11		
				Patrimônio social		2.600.469	2.578.093
				Ajuste de Avaliação Patrimonial		1.949.210	1.978.438
				Superávit / (Déficit) do exercício		523.391	(6.850)
						<u>5.073.070</u>	<u>4.549.680</u>
Total Ativo		<u><u>24.045.712</u></u>	<u><u>23.442.436</u></u>	Total Passivo		<u><u>24.045.712</u></u>	<u><u>23.442.436</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pantaleas

Fundação Gol de Letra
Demonstrações de resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais)

	Notas	2021	2020
Receitas operacionais			
Com Restrições			
Receitas de projetos - doações vinculadas		9.209.368	6.959.282
Rendimento financeiros de projetos vinculadas		<u>376.199</u>	<u>206.035</u>
	13	<u>9.585.567</u>	<u>7.165.316</u>
Gratuidades			
Voluntários/Gratuidades	3j	107.185	80.021
		<u>107.185</u>	<u>80.021</u>
		<u>9.692.752</u>	<u>7.245.338</u>
Sem restrições			
Doações livres	14	1.741.486	1.644.080
Doações materiais e serviços		769.483	414.500
Rendimento financeiros		64.509	44.642
Outras Receitas		<u>333.824</u>	<u>843.909</u>
		<u>2.909.302</u>	<u>2.947.132</u>
		<u>12.602.053</u>	<u>10.192.469</u>
Custo e despesas operacionais			
Despesas gerais - projetos com restrições	15	(9.559.284)	(7.156.360)
Depreciação e amortização Projetos com restrições	15	(26.283)	(8.956)
Despesas gerais - projetos sem restrições	15	(1.030.891)	(534.892)
Gerais e administrativas	15	(1.277.170)	(2.315.069)
Impostos e taxas	15	(1.683)	(5.696)
Despesas financeiras	15	(35.790)	(55.438)
Depreciação e amortização	15	<u>(40.377)</u>	<u>(42.887)</u>
		<u>(11.971.478)</u>	<u>(10.119.299)</u>
Gratuidades			
Voluntários	3j	(107.185)	(80.021)
		<u>(107.185)</u>	<u>(80.021)</u>
		<u>(12.078.662)</u>	<u>(10.199.320)</u>
Superávit / (Déficit) do exercício		<u><u>523.391</u></u>	<u><u>(6.850)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pantaleas

Fundação Gol de Letra

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

	2021	2020
Superávit / (Déficit) do exercício	<u>523.391</u>	<u>(6.850)</u>
Resultado abrangente total	<u><u>523.391</u></u>	<u><u>(6.850)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pantaleas

Fundação Gol de Letra

Demonstração da mutação do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

	Nota	Patrimônio social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Superávit/(déficits) do Exercício	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019		<u>1.854.822</u>	<u>1.978.438</u>	<u>723.270</u>	<u>4.556.530</u>
Incorporação do resultado ao patrimônio social		723.270		(723.270)	-
Déficit do exercício		-	-	(6.850)	(6.850)
Saldo em 31 de dezembro de 2020		<u>2.578.092</u>	<u>1.978.438</u>	<u>(6.850)</u>	<u>4.549.680</u>
Incorporação do resultado ao patrimônio social		(6.850)		6.850	-
Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial		29.228	(29.228)		
Superávit do exercício		-		523.391	523.391
Saldo em 31 de dezembro de 2021		<u>2.600.469</u>	<u>1.949.210</u>	<u>523.391</u>	<u>5.073.070</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pantaleas

Fundação Gol de Letra

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit / (Déficit) do exercício	523.391	(6.850)
Depreciação e amortização	85.121	2.962
	<u>608.512</u>	<u>(3.889)</u>
(Aumento) redução nos ativos		
Recursos relacionados a projetos		
Adiantamentos	(545.768)	(42.099)
Contas a receber	1.607.643	(2.497.517)
Depósitos judiciais	-	130.258
Outros Ativos	(4.539)	-
Aumento (redução) nos passivos		
Projetos a incorrer	11.795	6.363.386
Outras contas a pagar	(2.609)	(138.393)
Salários, férias e encargos sociais	71.569	40.671
Obrigações tributárias	2.314	457
Outras contas	-	-
Receitas diferidas	(3.183)	(40.075)
Caixa líquido (proveniente)/ aplicado das atividades operacionais	<u>1.745.734</u>	<u>3.812.799</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de imobilizado e intangível	<u>(337.489)</u>	<u>(176.561)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(337.489)</u>	<u>(176.561)</u>
(Redução)/ aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>1.408.245</u>	<u>3.636.239</u>
Demonstração da (redução)/ aumento do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo no início do exercício	14.045.113	10.408.874
Saldo no final do exercício	<u>15.453.358</u>	<u>14.045.113</u>
	<u>1.408.245</u>	<u>3.636.239</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

1 Contexto operacional

1.1. INTRODUÇÃO

A Fundação Gol de Letra é uma organização da sociedade civil que desenvolve práticas e saberes socioeducativos para crianças, adolescentes e jovens nas cidades de Rio do Janeiro (bairro do Caju e comunidade Barreira do Vasco) e São Paulo (Vila Albertina), além de trabalhar com a disseminação de suas práticas para outras comunidades, por meio da formação teórica e prática de educadores, em parceria com outras organizações.

Foi criada em 1998, pelos ex-jogadores de futebol Raí e Leonardo, com o objetivo dar outra perspectiva de vida para crianças e jovens de comunidades socialmente vulneráveis. Reconhecida pela UNESCO como modelo mundial no apoio a crianças em situação de vulnerabilidade social, a Instituição tem como missão “promover a educação integral de crianças, adolescentes e jovens por meio de esporte, cultura e formação para o trabalho”.

A abordagem socioeducativa da Fundação Gol de Letra é baseada em três pilares: aprender (ampliação do repertório cultural, esportivo e educacional), conviver (desenvolvimento de valores e regras de convivência) e multiplicar (formação de multiplicadores de conhecimentos e atitudes).

No ano de 2021, a Fundação Gol de Letra atendeu 3.308 crianças, adolescentes, jovens e adultos nos programas de atendimento direto e ajudou 3 mil famílias com cestas básicas, itens de limpeza e higiene e outros itens doados para garantir segurança alimentar durante o período de pandemia da covid-19.

A prática da Fundação Gol de Letra envolve:

- a) Programas de contra turno escolar de Esporte e Educação Integral;
- b) Programas para Juventudes com ênfase na cultura, arte, acesso à universidade e formação para o mundo do trabalho;
- c) Projetos em parceria com escolas públicas;
- d) Projetos de mobilização comunitária;
- e) Projetos de disseminação da proposta de proteção social Gol de Letra.

Em seus 22 anos de atuação a Fundação já recebeu diversos prêmios e reconhecimentos pelo trabalho realizado. Dentre os mais recentes destacam-se:

- *Certificada entre as 100 Melhores ONGs do Brasil – Instituto Doar e ÉPOCA em 2017, 2018 e 2020;*
- *Escolhida como Melhor ONG de Esporte do Brasil – Instituto Doar, 2021;*
- *Finalista do Prêmio Itaú-Unicef de Educação Integral – Projeto Sexualidade em Ação, 2017;*
- *Certificado de Tecnologia Social da Fundação Banco do Brasil para o Projeto de Formação de Agentes Sociais, 2015;*
- *Prêmio Itaú-Unicef de Educação Integral – Grande Vencedor Nacional para o Programa Virando o Jogo, 2013;*
- *Certificado de Tecnologia Social da Fundação Banco do Brasil para o Programa Esportivo Jogo Aberto, 2013;*
- *Prêmio Iniciativa de Ouro – Rádio ESPN Estadão para o Programa esportivo Jogo Aberto, 2012;*
- *Prêmio Laureus ‘Sports for Good’ concedido ao fundador da Gol de Letra, Raí, 2012.*

1.2. PROPOSTA SOCIOEDUCATIVA

Por acreditar na construção de um país socialmente menos desigual, a Gol de Letra entende como essencial o atendimento às demandas específicas da infância e adolescência, público especialmente vulnerável às violações de direitos e à iniquidade. Sua proposta de Educação visa o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes e prevê a diversidade e integração de ações e aprendizagens socioeducativas pensadas para um determinado contexto comunitário (microterritório). A integração dessas aprendizagens contribui para a construção coletiva de valores políticos e éticos, assim como para o desenvolvimento de aptidões para a vida social.

Pautada pela Doutrina da Proteção Integral, a Fundação Gol de Letra busca contribuir para a efetivação do direito da criança e do adolescente à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer previstos na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (lei 8.069 de 1990).

A ação social realizada pela Instituição tem como referência a Política Nacional de Assistência Social - PNAS, a Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, o Sistema Único de Assistência Social - SUAS e o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária - PNCFC, com foco na família e no desenvolvimento de contextos de proteção social, familiar, escolar e comunitária. A proposta de Educação Integral utilizada é amparada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (lei 9.394 de 1996).

1.3. FINALIDADES ESTATUTÁRIAS / OBJETIVOS INSTITUCIONAIS

De acordo com o capítulo II de seu Estatuto Social, a Fundação Gol de Letra promoverá a defesa e garantia dos direitos de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social, investindo em sua formação educacional e cultural, para que possam atuar com autonomia na transformação de suas realidades, bem como estimular seu protagonismo, defender sua cidadania, fortalecendo seus vínculos familiares e comunitários, garantindo-lhes o direito à assistência, educação, saúde, cultura, esporte e lazer e trabalho, tendo como finalidades Institucionais:

- I. Conscientizar crianças e adolescentes de seus direitos e deveres;
- II. Implementar programas sociais, de educação, de saúde, de cultura, de esporte e lazer e de educação para o trabalho, que integrem ações de atendimento a criança e ao adolescente, de qualificação de profissionais e projetos em parceria com a escola pública, que sejam referência para outras instituições;
- III. Sensibilizar e mobilizar a sociedade civil, priorizando estudantes de escolas particulares, o meio empresarial e, em especial, o esportivo, por meio de ações efetivas;
- IV. Buscar parcerias para a recuperação e identificação de espaços culturais e poliesportivos;
- V. Incentivar e propor parcerias para execução de projetos sociais, culturais, esportivos, de lazer e de educação para o trabalho, para crianças, adolescentes e jovens;
- VI. Estimular a reinserção e permanência da criança e adolescente no sistema educacional;
- VII. Favorecer o desenvolvimento de atividades intergeracionais, propiciando trocas de experiências e vivências, fortalecendo o respeito, a solidariedade e os vínculos familiares e comunitários;
- VIII. Desenvolver ações com as famílias para o fortalecimento de vínculos familiares e sociais, visando à proteção e o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes;
- IX. Estabelecer parcerias que propiciem ao jovem a experiência da aprendizagem e sua inserção na vida profissional;
- X. Investir em ações que visem o desenvolvimento das comunidades inseridas em seu território de atuação;

- XI. Promover parcerias com o intuito de fortalecer o desenvolvimento das comunidades inseridas em seu território de atuação;
- XII. Garantir o acesso gratuito ao usuário dos serviços, programas, projetos, benefícios e à defesa de direitos, previsto na Política Nacional de Assistência Social.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

A apresentação das demonstrações contábeis de 31/Dez./2021 e 31/Dez./2020 foram preparadas de acordo com as normas contábeis brasileiras, considerando a atual legislação societária brasileira, as Normas Brasileiras de Contabilidade, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, os pronunciamentos, as interpretações e as orientações emitidos pelo CPC e homologadas pelos órgãos competentes e estando em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pela *International Accounting Standards Board* (IASB).

Como se trata de uma Entidade sem fins lucrativos, as demonstrações contábeis foram preparadas, principalmente, de acordo com a ITG 2002 – Entidades sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução nº 1.409, de 21 de setembro de 2012, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção pelos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Fundação. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro e julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 3 (d) - determinação da vida útil do ativo imobilizado;

O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir dessas estimativas.

3 Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Transação em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional da Fundação pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data.

b. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Fundação reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Fundação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Fundação tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Fundação tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Fundação classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Fundação gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Fundação. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem outras contas a receber e depósito judicial.

Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os recursos financeiros

que a Fundação possui, mas que estão vinculados a projetos são apresentados na rubrica de recursos de projetos.

Passivos financeiros não derivativos

A Fundação reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Fundação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Fundação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Fundação tem o seguinte passivo financeiro não derivativo: outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2021 e 2020, incluindo operações de *hedge*.

c. Apuração do resultado do exercício e reconhecimento de receitas de doações

Apuração do resultado do exercício

O resultado do exercício é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. O resultado do exercício de 2021 será incorporado ao patrimônio líquido em conformidade com as exigências legais e estatutárias uma vez que o superávit será aplicado integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais.

Reconhecimento de recursos recebidos com Termos de Fomentos, Contratos e Outras Formas de Assistência Governamental e doações.

Os recursos recebidos com termos de fomentos, contratos ou outras formas de assistência social e doações são registrados na receita quando atendidas as condições contratuais estabelecidas sobre a Entidade e no momento em que as despesas correspondentes incorrem, conforme atendimento a Resolução nº. 1.305 do Conselho Federal de Contabilidade – CFC que aprovou a NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais e a Resolução do CFC Nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002. Os recursos recebidos dos Termos de Fomentos, cujas condições estabelecidas nos contratos não foram ainda atendidas ou cujas despesas correspondentes ainda não incorreram, são transferidas para contrato de gestão no passivo, e o seu reconhecimento na receita no resultado do exercício ocorre na proporção em que as despesas correspondentes incorrem.

Os valores recebidos e empregados nos Projetos originados de Termos de Fomentos estabelecidos com Secretaria Especial do Esporte, Secretaria Especial de Cultura, FUMCAD, CONDECA, SMC RJ ISS e Projetos originados de contratos com terceiros, recursos vinculados, são registrados da seguinte forma:

- **Recebimento dos recursos:** Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de caixa e equivalentes de caixa (na rubrica “recursos de projetos”) e o crédito de projetos a incorrer no passivo circulante.

- **Consumo como despesa:** Quando ocorrem os gastos dos contratos de gestão e dos recursos incentivados, são reconhecidas as despesas correspondentes, sendo as despesas reconhecidas em contrapartida ao crédito de caixa e equivalentes de caixa e, nesse mesmo momento, as receitas são reconhecidas em contrapartida ao débito do passivo de projetos a incorrer.

d. Ativo imobilizado

A Entidade adota a prática do "custo atribuído" (*deemedcost*) desde 1º de janeiro de 2019, conforme opção prevista na Resolução CFC no 1.409/12, e detalhada nos parágrafos 20 a 29 da ICPC 10 - "Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43", para registro do saldo inicial do ativo imobilizado na adoção inicial do CPC 27 - "Ativo Imobilizado e da ICPC 10".

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessárias.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Fundação inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Fundação.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil estimada de cada componente.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso.

As taxas equivalentes à vida útil média estimada dos ativos, de acordo com Laudo de Reavaliação Patrimonial em dezembro/2019 também para o exercício corrente e período comparativo são as seguintes:

Contas Contábeis Sugeridas	Vida Útil (Meses)	Taxa de Depreciação Mensal (%)
Equipamentos de Áudio e Vídeo	120	0,8333
Máquinas e Equipamentos	144	0,6944
Computadores e Periféricos	60	1,6667
Móveis e Utensílios	180	0,5555
Veículos	84	1,1905
Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	240 a 360	0,4167 a 0,2778

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

e. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, sendo mensurados pelo custo total de aquisição menos a amortização e são amortizados usando-se método linear com vida útil estimada de 5 anos.

f. Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros

A Fundação avalia os ativos do imobilizado e intangível quando há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

A Administração da Fundação não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.

g. Provisões e passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Fundação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

h. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias cobradas pelas instituições financeiras.

i. Ativo circulante e não circulante

Os ativos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

j. Receitas e Despesas com trabalhos voluntários

Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 – Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. A Entidade possui trabalho voluntário dos dirigentes estatutários.

Para o cálculo da remuneração que seria devida, a Entidade toma por base o tempo dedicado à atividade por cada um. Para o ano de 2021 tomou por base o valor médio dos honorários praticados no mercado e o plano de cargos e salários da Entidade, multiplicado pelo número de horas chegou-se ao montante devido no mês.

k. Gerenciamento de risco financeiro

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Fundação são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Fundação.

A Fundação apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco de taxa de juros

A Fundação apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Fundação, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na Nota Explicativa nº 12.

4 Caixa e equivalentes de caixa e recursos relacionadas a projetos

Caixa e equivalente de caixa / Recursos de projetos

	2021	2020
Caixa	379	6.050
Bancos Cta.Movimento e Aplicação S/ Restrição	1.563.862	1.153.456
Bancos Cta.Movimento e Aplicação C/ Restrição - Recursos de Projetos	13.889.117	12.885.607
	<u>15.453.358</u>	<u>14.045.113</u>

As aplicações financeiras, em 2021 e 2020 referem-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa e são remunerados às taxas que variam entre 80% a 95% Certificado de Depósito Interbancário - CDI (80% a 95% CDI 2014).

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Do montante total aplicado financeiramente, R\$ 13.889.117 (R\$ 12.885.607 em 2020) referem-se a recursos que poderão ser utilizados exclusivamente nos projetos a incorrer, conforme mencionado na nota explicativa nº 7.

5 Imobilizado

Movimentação de 2021

	Custo	Depreciação	Reavaliação	Líquido	Líquido
	2021				2.020
Imóveis	1.800.000	-	-	1.800.000,00	1.800.000
Benfeitoria em imóveis de terceiros	3.363.163	- 32.781	-	3.330.381,98	3.118.360
Móveis e Utensílios	110.810	- 1.539	-	109.270,82	103.760
Computadores e Periféricos	283.364	- 26.388	-	256.976,19	140.840
Maquinas e equipamentos	286.110	- 5.236	-	280.873,85	247.420
Instalações	-	-	-	-	-
Equip Audio e Vídeos	132.366	- 2.374	-	129.992,00	134.860
Equipamentos Eletrônicos	17.634	- 1.691	-	15.943,66	-
Veículos	97.017	- 11.170	-	85.847,62	37.000
Ferramentas e Pertences	-	-	-	-	-
Instrumentos musicais	-	-	-	-	-
Livros	11.911	-	-	11.911,00	-
Marcas e Patentes	524	-	-	524,08	11.911
Software	-	- 524	-	- 524,08	1.079
	6.102.900	(81.703)	-	6.021.197	5.595.230

Custo	2.020	2021			Adição por doações	Saldo Final
		Adição por compra	Baixa	Transf		
Imóveis	1.800.000	-	-	-	-	1.800.000
Benfeitoria em imóveis de terceiros	3.186.593	176.570	-	-	-	3.363.163
Móveis e Utensílios	103.580	13.200	- 5.970	-	-	110.810
Computadores e Periféricos	149.483	65.818	- 5.658	-	73.722	283.364
Maquinas e Equipamentos	260.411	26.460	- 760	-	-	286.110
Instalações	-	-	-	-	-	-
Equipamento de Audio e Video	132.476	-	- 110	-	-	132.366
Equipamentos Eletrônicos	14.834	2.800	-	-	-	17.634
Veículos	109.017	-	- 12.000	-	-	97.017
Ferramentas e Pertences	-	-	-	-	-	-
Instrumentos musicais	-	-	-	-	-	-
Livros	-	-	-	-	-	-
Marcas e Patentes	11.911	-	-	-	-	11.911
Software	524	-	-	-	-	524
	5.768.829	284.848	- 24.498	-	73.722	6.102.900

Movimentação de 2020

	Custo	Depreciação	Reavaliação	Líquido	Líquido
	2020				2.019
Imóveis	1.800.000	-	-	1.800.000,00	1.800.000
Benfeitoria em imóveis de terceiros	3.216.648	- 30.055	-	3.186.592,79	3.118.360
Móveis e Utensílios	104.709	- 1.129	-	103.580,07	103.760
Computadores e Periféricos	156.733	- 7.251	-	149.482,62	140.840
Maquinas e equipamentos	263.423	- 3.012	-	260.410,70	247.420
Equip Audio e Videos	134.860	- 2.384	-	132.476,20	134.860
Equipamentos Eletrônicos	15.509	- 674	-	14.834,26	-
Veículos	115.800	- 6.783	-	109.017,22	37.000
Marcas e Patentes	11.911	-	-	11.911,00	11.911
Software	64.599	- 64.075	-	524,08	1.079
	5.884.192	(115.363)	-	5.768.829	5.595.230

Custo	2020					Saldo Final
	2.019	Adição por compra	Baixa	Transf	Adição por doações	
Imóveis	1.800.000	-	-	-	-	1.800.000
Benfeitoria em imóveis de terceiros	3.118.360	98.288	-	-	-	3.216.648
Móveis e Utensílios	103.760	949	-	-	-	104.709
Computadores e Periféricos	140.840	15.893	-	-	-	156.733
Maquinas e Equipamentos	247.420	16.003	-	-	-	263.423
Equipamento de Audio e Video	134.860	-	-	-	-	134.860
Equipamentos Eletrônicos	-	15.509	-	-	-	15.509
Veículos	37.000	78.800	-	-	-	115.800
Marcas e Patentes	11.911	-	-	-	-	11.911
Software	64.599	-	-	-	-	64.599
	5.658.750	225.441	-	-	-	5.884.192

- (a) As benfeitorias em imóveis de terceiros estão suportadas (i) por termo de permissão de uso (auditório e sala pedagógica em São Paulo - Vila Albertina), (ii) por contrato de comodato (unidade de Caju no Rio de Janeiro), e (iii) por termo de cooperação e parceria (quadra em São Paulo). Dessa forma, para os contratos de permissão de uso por prazo indeterminado, a Fundação vem adotando como critério de amortização o prazo de vida útil dos bens, e para os contratos de uso com prazo determinado, a Fundação adota o critério de amortização das benfeitorias pelo prazo remanescente do contrato.

a. Ajuste de Avaliação Patrimonial

Adoção do custo atribuído (*deemed cost*)

Com base na adoção da Resolução nº 1.409/12, a Entidade adotou em 1º de janeiro de 2019, o valor justo como custo atribuído e revisão da vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado, por meio de laudo de avaliação emitido por especialistas.

O ajuste do custo atribuído contabilizado em 31 de janeiro de 2019, no montante R\$ 1.978.438, teve como contrapartida a rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido, sendo a sua realização pela depreciação, baixa ou venda do imobilizado.

Os projetos a incorrer representam as obrigações que a Fundação possui na realização dos respectivos projetos em função dos recursos financeiros (parciais ou totais) já terem sido recebidos. A baixa do passivo ocorre à medida em que são empregados os recursos recebidos na execução dos projetos. De acordo com a Lei Rouanet, Lei de Incentivo ao Esporte, Lei de Incentivo Estadual CONDECA e Lei Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente da Prefeitura da Cidade de São Paulo (FUMCAD) e Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro – Comissão Carioca de Promoção Cultural (CCPC), caso haja sobra de caixa ao término dos projetos, os recursos disponíveis devem ser devolvidos pela proponente à União, Estados e Municípios.

Lei nº 8.313/91 - Lei Rouanet – Lei de Incentivo à Cultura

A Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991 - Lei Rouanet – Lei de Incentivo à Cultura dispõe sobre o Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC, editada para incentivar determinados seguintes artísticos-culturais... Nos termos da mencionada Lei, a pessoa jurídica poderá considerar como despesa operacional (dedutível para fins de determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL), os valores destinados, a título de doação ou patrocínio, a projetos devidamente aprovados pelo Secretaria Especial da Cultura do Ministério do Turismo. As pessoas físicas também poderão deduzir do Imposto de Renda devido na Declaração de Ajuste Anual relativa ao ano-calendário em que foram realizadas as doações e os patrocínios.

Lei de Incentivo ao Esporte n.º 11.438/06

O Presidente da República por meio do Decreto n.º 6.180, de 03 de Agosto de 2007 regulamenta a Lei n.º 11.438, de 29 de dezembro de 2006, que trata dos incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo, decreta que a partir do ano-calendário de 2007 até o ano-calendário de 2022, inclusive, poderão ser deduzidos do imposto de renda devido, apurado na declaração de ajuste anual pelas pessoas físicas ou em cada período de apuração, trimestral ou anual, pela pessoa jurídica tributada com base no lucro real os valores despendidos a título de patrocínio ou doação, no apoio direto a projetos desportivos e paradesportivos previamente aprovados pelo Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania

Lei de Incentivo Estadual CONDECA

No Estado de São Paulo, o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONDECA-SP) foi criado a partir da Lei Estadual nº 8074, de 1992. Sua regulamentação deu-se pelos Decretos Estaduais nº 39059/1994 e 39104/1994.

Lei Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente da Prefeitura da Cidade de São Paulo (FUMCAD) n.º 8.069/90

O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente da Prefeitura da Cidade de São Paulo, criado pela Lei Municipal 11.247, através da conscientização da utilização da renúncia fiscal do Imposto de Renda, busca beneficiar entidades com projetos que apoiem crianças e adolescentes (através de doações via lei número 8.069, de 13/07/90 do FUMCAD).

O Imposto de Renda, é a principal fonte de captação de recursos do FUMCAD da Cidade de São Paulo, e sua utilização não traz ônus à quem contribui.

Esta iniciativa, cujos benefícios para a sociedade são extremamente significativos, está alinhada com a crescente importância do papel que os indivíduos podem exercer como agentes ativos do desenvolvimento das comunidades e na construção de uma cidadania responsável e produtiva.

Lei do Imposto Sobre Serviços – ISS no Município do Rio de Janeiro nº 5553/2013

A Lei do ISS autoriza o benefício fiscal do Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza em benefício à realização de projetos culturais no Município do Rio de Janeiro. A Lei nº 5553/2013 foi regulamentada pelo Decreto nº 37.0331/13 e alterado pelo Decreto nº 41.998/2016.

8 Outras contas (Passivo não circulante)

Doação condicional recebida de Maria Carlota Carvalho Gomes e Affonso Augusto Guidão Gomes, dos apartamentos 501 e 502 situados na Rua Jornalista Orlando Dantas, 16, na capital do estado do Rio de Janeiro, avaliados pelo valor total de R\$ 1.800.000, reservado o usufruto vitalício sobre os imóveis supramencionados, conforme escritura de doação com reserva de usufruto gravada com a cláusula de impenhorabilidade nº 3343, folhas 79, do 7º ofício de notas do Rio de Janeiro.

9 Receitas Diferidas

Trata-se de bens e serviços recebidos como doação e doações em dinheiro para a construção do ginásio de esporte no Rio de Janeiro, que está sendo reconhecido no resultado no prazo do contrato de comodato/locação:

	2021	2020
GL Events Empreend Imobiliarios S/A	261.920	344.634
Fundation D Entreprise Oxylane	118.264	155.611
Association Gol de Letra France	55.450	72.960
The Resorce Foundation	6.897	9.074
Home Center Nacional S/A	4.285	5.635
Imobilizado recebido em doações	13.070	18.412
Imobilizado de projetos	295.213	151.955
	<u>755.098</u>	<u>758.281</u>

A Fundação, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, não constituiu provisão por não existir processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível.

10 Provisão para contingências

A Fundação reconhece a provisão para riscos civis e trabalhistas quando seus assessores jurídicos consideram como provável o risco de perda de demandas judiciais e administrativas, que acarretarão em desembolso de recursos que possam ser mensurados com razoável nível de segurança.

Com base em informações de seus assessores jurídicos, a Fundação não constituiu provisão por não existir processos avaliados como sendo de risco provável.

11 Patrimônio líquido

As rendas geradas pela Fundação Gol de Letra são empregadas integralmente nos seus objetivos sociais comentados na nota explicativa nº 1.

Em caso de extinção da Fundação, que se dará somente com aprovação de 2/3 dos membros do Conselho Curador, os bens patrimoniais serão destinados a outra fundação sem fins lucrativos e de natureza semelhante, registrada no CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social, sob aprovação do Ministério Público.

12 Instrumentos financeiros

A Fundação opera apenas com instrumentos financeiros não-derivativos que incluem aplicações financeiras e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e outras dívidas, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado. A Fundação não possui políticas ou estratégias específicas para gerenciamento dos instrumentos financeiros visto que a Administração entende que não existe risco significativo de perdas associados a esses instrumentos. A Fundação não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Valor justo

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Instrumentos financeiros derivativos

A Fundação não detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos à variação cambial.

O CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Entidade, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 38 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

- **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- **Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços).
- **Nível 3** - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

Os processos de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Fundação estão classificados como Nível 2.

Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31

de dezembro de 2021, a Fundação está sujeita aos fatores de:

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Fundação irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Fundação na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Fundação.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Fundação, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Fundação. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

Com relação às taxas de juros, visando à mitigação desse tipo de risco, a Fundação centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação do CDI em certificado de depósito interbancário e fundos renda fixa. Nas taxas de câmbio o risco também é mitigado uma vez que a Fundação não possui caixa e aplicações financeiras em moeda estrangeira.

13 Receitas de projetos - doações vinculadas

	2021			2020		
	Receita de projetos	Rendimentos Financeiros	Total	Receita de projetos	Rendimentos Financeiros	Total
Projetos - Recursos Privados						
SP E RJ - INTERCÂMBIO SDLV	- 1.234	1.234	-	- 1.519	759	-
RJ JA-JA CAJU LACOSTE-LACOSTE	40.444	189	40.633	303.234	3.356	306.589
SP - MANCHESTER - GOL PELA IGUALDADE 3	-	-	-	229.176	1.221	230.397
SP-TRT GOL P.IGUALDADE ESPORTE E GÊNERO 2	-	-	-	13.952	-	13.952
RJ JO-JEF-ENGIE	109.749	369	110.118	191.245	2.243	193.489
SP - JO-AUR3-2019-SHPAISMAN	-	-	-	8.914	83	8.997
RJ - JOGOS DO MUNDO - LAUREUS 2019	-	-	-	93	-	93
SP - FIFA - JOGO INTEGRADO	-	-	-	14.520	-	14.520
SP - ESPORTE E GENERO - RIOT GAMES	-	-	-	204	0	204
SP - VISA CAUSAS	133.017	95	133.112	122.419	103	122.522
SP - GOL EM TRES TEMPOS - MANCHESTER	32.477	-	32.477	291.750	724	292.474
RJ - LEGADO OLIMPICO NISSAN 2019	18.224	-	18.224	14.759	2	14.761
SP - JOVENNS - FORMAR - LEROY	24.741	123	24.863	4.902	123	5.025
SP EX-GL4R - CEPEMA	11.261	-	11.261	5.641	75	5.716
SP JOGO ABERTO - LAZER NA VILA 4 - MESP	130.936	23.955	154.891	-	8	-
SP JOGO ABERTO - JOGO ABERTO NA VILA 8 - MESP	- 67.191	67.191	-	- 957	478	-
RJ JOGO ABERTO - JOGO ABERTO CAJU 5 - MESP	385.129	32.451	417.580	- 1.406	703	-
RJ DOIS TOQUES - CAJU ESPORTE E EDUCAÇÃO 8 - MESP	- 45.703	45.703	-	- 652	326	-
SP JOGO ABERTO - GOL EM TRES TEMPOS ANO 1 - MANCHESTER	-	-	-	- 4.611	-	4.611
RJ JOGO ABERTO - CAJU LACOSTE 2020 - LACOSTE	310.750	6.441	317.191	189.501	3.360	193.846
RJ JUVENTUDE E OPORTUNIDADE - LEGADO OLIMPICO 2020 - NISSAN	36.455	230	36.685	75.545	551	76.096
RJ DOIS TOQUES - CAJU ESPORTE E EDUCAÇÃO - PETROBRAS	1.475.909	24.374	1.500.283	252.263	818	253.081
SP JOVENS - HABILIDADES PARA A VIDA - TRF	95.239	120	95.360	319.441	1.290	320.731
SP JOVENS - ARTE URBANA 4 - SHPAISMAN	11.778	69	11.848	8.222	31	8.252
SP SUPORTE ADMINISTRATIVO - TANQUE CHEIO CORAÇÃO TAMBÉM - TICKET	39.114	-	39.114	1.760.886	-	1.760.886
RJ DOIS TOQUES - JOGOS DO MUNDO 2020 - LAUREUS	15.461	23	15.484	193.599	1.550	195.150
RJ DOIS TOQUES - CRIANÇA ESPERANÇA 2020 - UNESCO	14.780	64	14.844	130.043	789	130.832
SP JOGO ABERTO - JOGO INTEGRADO 2020 - FIFA	399.547	201	399.748	-	-	-
SP JOGO ABERTO - GOL EM TRÊS TEMPOS ANO 3 - MANCHESTER	248.885	1.034	249.919	-	-	-
RJ DOIS TOQUES - JOGOS DO MUNDO 2021 - LAUREUS	240.746	1.390	242.135	-	-	-
SP COMUNIDADES - BLACK 13 - ABBVIE	54.108	1.218	55.326	-	-	-
SP JOVENS - VOANDO PARA O FUTURO - AIR FRANCE	174.872	1.095	175.967	-	-	-
SP JOGO ABERTO - EDUCAÇÃO E AGUA - MANCHESTER	124.374	1.933	126.307	-	-	-
RJ JUVENTUDE E OPORTUNIDADE - JUVENTUDE EM FOCO ANO 2 - ENGIE	186.682	4.388	191.070	-	-	-
SP JOVENS - HABILIDADES PARA VIDA ANO 2 TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - TRF	210.079	5.517	215.596	-	-	-
SP JOGO ABERTO - QUEBRANDO AS BARREIRAS - REXONA	62.772	100	62.872	-	-	-
SP JOGO ABERTO - JOGO INTEGRADO ANO 2 - 2021 - FIFA	46.496	7.844	54.341	-	-	-
RJ JOGO ABERTO - ALIANÇA 2021 - LACOSTE	246.443	10.389	256.832	-	-	-
SP JOVENS - ARTE URBANA 5 - SHPAISMAN	6.943	219	7.162	-	-	-
SP JOVENS - ARTE NA VILA - HEDGING GRIFFO - CREDIT SUISSE	100.191	5	100.195	-	-	-
SP COMUNIDADES - MOBILIZATION OF FOOD - TRF	107.000	-	107.000	-	-	-
Projetos - Leis de Inc ao Esporte						
SP - V ALBERTINA ESPORTE E EDUCAÇÃO	497.792	3.183	500.975	- 4.885	2.540	195
RJ - DT-CEE4-MESP	-	-	-	129	-	129
SP - LAZER NA VILA 2	-	-	-	15.537	85	15.623
RJ - JA-JAC3-MESP	-	-	-	229.346	1.284	230.633
RJ - DT-CEE5-MESP	-	-	-	-	-	-
SP - JA - NA VILA 6 - MESP	195.827	6.107	201.934	807.156	15.418	822.902
RJ - CEE6 - CAJU ESPORTE E EDUC 6	267.944	441	268.385	846.679	8.267	854.945
RJ - TRANSFORMAR OLHARES - INCENTIVO	-	-	-	214	-	214
RJ - JA-JAC4-MESP	480.375	5.379	485.753	225.660	7.907	239.299
RJ - JA- DT CEE7-MESP	938.777	30.767	969.544	26.951	14.002	1.052
SP - JA-NA VILA 7-MESP	1.301.096	37.979	1.339.075	139.906	41.705	221.855
SP - LAZER NA VILA 3	321.648	9.178	330.826	211.933	12.662	232.881
RJ JOGO ABERTO - JOGO ABERTO CAJU 6 - MESP	- 12.229	12.229	-	-	-	-
SP DISSEMINAÇÃO - JOGO ABERTO BRASIL - MESP	- 4.863	4.863	-	-	-	-
RJ DISSEMINAÇÃO - EDUCAÇÃO INTEGRAL ESPORTE EM JOGO - MESP	- 2.429	2.429	-	-	-	-
Projetos - Leis de Inc a Cultura						
RJ GOL DE LETRINHAS	- 127	127	-	-	-	-
SP - JOVENS - PLANO ANUAL LEI ROUANET	- 10.153	10.153	-	- 6.934	3.467	-
Fundo Mun. Crianca e do Adolescente (FUMCAD)						
SP - CULTURA E EMPREG.-JUVENTUDE 046/2011	- 822	822	-	- 837	418	-
SP - CENAS DE CRIANÇA	- 213	213	-	- 152	76	-
SP - PROJETO VIDA	- 227	227	-	- 232	116	-
Condeca - Cons Esta Dir Crianca e Adolescente						
SP - COMUNIDADES COND.-SEXUALIDA EM AÇÃO	154	-	154	154	-	154
SP - JOVENS - ARTE E IDENTIDADE	187	-	187	220.054	504	220.558
SP COMUNIDADES - SEXUALIDA EM AÇÃO ANO 2 - CONDECA	- 11.416	11.416	-	-	-	-
Projeto - Lei de Inc Municipal						
RJ - ISS - BIBLIOTECA COMUNITARIA DO CAJU 1	-	-	-	- 28.904	124	29.115
BIBLIOTECA COMUNITARIA DO CAJU 3 - SMC RJ - ISS	59.523	195	59.718	135.836	205	136.042
RJ DOIS TOQUES - BIBLIOTECA COMUNITARIA DO CAJU 4	208.049	2.529	210.577	-	-	-
	9.209.368	376.199	9.585.567	6.959.282	127.411	7.165.316

14 Doações livres

Receitas Sem restrições

	2021	2020
Campanha de mobilização	240.404	150.125
Contribuições	599.222	765.522
Gol de letra França	264.295	491.129
Recursos Internacionais	482.072	9.634
Programa nota fiscal paulista (SEFAZ/SP)	155.493	227.670
	1.741.486	1.644.080

Doações recebidas “sem restrições”, em dinheiro, produtos ou serviços, de empresas e pessoas físicas.

15 Despesas gerais e administrativas

	Projetos com restrições	Projetos sem restrições	Gerais e administrativas
	2021		
Pessoal, encargos e benefícios	5.299.195	146.454	241.290
Serviços contratados	698.807	37.352	196.250
Informática	8.114	-	-
Propaganda e divulgação	174.209	5.809	-
Impostos e taxas	10.013	1.072	1.683
Despesas financeiras	145.208	27.269	15.222
Depreciação e amortização	26.283	18.461	40.377
Repasse p/ outras organizações	948.827	55.447	20.568
Outras	2.274.911	739.028	839.630
	9.585.567	1.030.891	1.355.019

16 Renúncia Fiscal

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

- IRPJ (Imposto de renda da Pessoa Jurídica)
- CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido)
- INSS Cota Patronal Previdenciária
- ISSQN (Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza)
- COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas próprias

	2021	2020
INSS (26,8% sobre proventos incidentes)	1.258.700	1.119.714
COFINS (3% total das receitas com e sem restrições)	<u>374.846</u>	<u>303.373</u>
	<u>1.633.547</u>	<u>1.423.087</u>

	2021	2020
Total de receitas	12.494.869	10.112.448
Custos - projetos com restrição	(9.585.567)	(7.165.316)
Gratuidade - outros projetos	(1.030.891)	(534.892)
Despesas indiretas	(1.355.019)	(2.419.090)
Aplicação em gratuidade	(11.971.478)	(10.119.299)

17 Gratuidade

A Fundação presta serviços e realiza ações assistenciais, de forma gratuita, continuada e planejada, para os usuários e à quem deles necessitar, sem qualquer discriminação, observada a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

A administração da Fundação entende que os recursos alocados às atividades estão adequados e atendem à legislação vigente. A aprovação dos cálculos, bem como das premissas utilizadas pela Fundação estão vinculadas às prestações futuras de contas junto à Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, Ministério da Cidadania.

Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social

O Conselho Nacional de Assistência Social atestou em 22 de outubro de 2004 que a Fundação Gol de Letra está registrada naquele órgão conforme Resolução nº 103 de 15 de outubro de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 20 de outubro de 2004 baseada no julgamento do processo nº 44006.002207/2002-12.

Em 22 de outubro de 2004, o Conselho Nacional de Assistência Social concedeu à Fundação Gol de Letra o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, válido até 19 de outubro de 2007.

A Fundação vem realizando tempestivamente os pedidos de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS.

TÍTULOS E CERTIFICAÇÕES

= Âmbito Federal

CEBAS | CERTIFICADO DE ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Lei 8.742 de 07 de dezembro de 1993

Registro: 0429/2004 | Data: 15/10/2004 | Processo 44006.002207/2002-12

PROTOCOLO	PROCESSO	DECISÃO	PUBLICAÇÃO	CERTIFICAÇÃO
07/10/2002	44006.002207/2002-12	DEFERIDO	DOU 20/10/2004	20/10/2004 a 19/10/2007
10/07/2007	71010.002511/2007-70	DEFERIDO	DOU 26/01/2009	20/10/2007 a 19/10/2010
14/10/2010	71000.122086/2010-59	DEFERIDO	DOU 30/01/2015	20/10/2010 a 19/10/2015
17/04/2013	71000.049427/2013-87	ARQUIVADO		20/10/2013 a 19/10/2016
03/07/2015	71000.070966/2015-47	DEFERIDO	DOU 02/12/2015	20/10/2015 a 19/10/2018
02/07/2018	71000.034102/2018-12	DEFERIDO	DOU 28/08/2018	20/10/2018 a 19/10/2021
20/11/2020	71000.057292/2020-52	DEFERIDO	DOU 26/02/2021	20/10/2021 a 19/10/2024

UPF | TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA FEDERAL

Decreto nº 3.415 de 19 de abril de 2000

Registro: 08015.013458/2002-41 | Data: 31/01/2003

CNES	PROTOCOLO	PROCESSO	DECISÃO	DATA	VALIDADE
2007	31/07/2008	231310538041137080	DEFERIDO	03/10/2008	30/04/2009
2008	30/04/2009	649630949441034090	DEFERIDO	12/04/2010	30/04/2010
2009	06/07/2010	72160554511607001	DEFERIDO	22/12/2010	30/04/2011
2010	29/04/2011	339970319451924011	DEFERIDO	17/08/2011	30/04/2012
2011	27/04/2012	6501033171724021	DEFERIDO	12/11/2012	30/09/2013
2012	29/04/2013	329021208441924031	DEFERIDO	17/06/2013	30/09/2014
2013	29/04/2014	932831424261924041	DEFERIDO	28/08/2014	30/09/2015
2014	14/08/2015	894451109361418051	DEFERIDO	15/08/2015	30/09/2016

Título extinto – Portaria MJ nº 362, de 1º de março de 2016.

CNAS | REGISTRO DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Lei: 8.742 de 07 de dezembro de 1993

Registro: 0368/2004 | Data: 20/10/2004 | Processo: 44006.002207/2002-12

= Âmbito Estadual | São Paulo

CERTIFICADO PRÓ-SOCIAL | SECRETARIA ESTADUAL DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Resolução SEDS/002 de 23/01/2013, DOE-SP 24/01/2013

Código de identificação SEDS/PS – 5537/2004

Atualização de Mandatos Diretivos: 30/08/2013

Atualização de Mandatos Diretivos: 17/11/2015

Atualização de Mandatos Diretivos: 08/11/2016

Atualização de Mandatos Diretivos: 25/11/2019 | Protocolo: 3271458/2019

IMUNIDADE ITCMD – IMPOSTO DE TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS E DOAÇÃO

Decreto Nº 46.655, de 1º de abril de 2002, Artigo 7º

PROTOCOLO	PROCESSO	DECISÃO	PUBLICAÇÃO	CERTIFICAÇÃO
23/04/2003	88737-199949/2003	DEFERIDO	30/05/2005	30/05/2003 a 29/05/2005
17/05/2005	51096-337078/2005	DEFERIDO	03/08/2005	30/05/2005 a 29/05/2007
07/05/2007	51096-302956/2007	DEFERIDO	23/10/2007	30/05/2007 a 29/05/2009
13/05/2009	51096-314474/2009	DEFERIDO	04/01/2010	30/05/2009 a 29/05/2011
02/05/2011	51096-434198/2011	DEFERIDO	04/01/2012	04/01/2012 a 04/01/2014
20/09/2013	51096-1181700/2013	DEFERIDO	27/11/2013	05/01/2014 a 05/01/2016
04/08/2015	51096-710235/2015	indeferido		
05/11/2018	31288-658564/2018	DEFERIDO	02/08/2019	02/08/2019 a 01/08/2023

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Promotoria de Justiça de Fundações da Capital – Curadoria de Fundações

Certificado de Regularidade – Atestado de Aprovação de Contas

Exercício Financeiro 2012	Protocolo 28/06/2013	Aprovação 19/12/2013
Exercício Financeiro 2013	Protocolo 30/06/2014	Aprovação 05/12/2014
Exercício Financeiro 2014	Protocolo 20/07/2015	Aprovação 22/09/2015
Exercício Financeiro 2015	Protocolo 29/06/2016	Aprovação 31/03/2017
Exercício Financeiro 2016	Protocolo 23/06/2017	Aprovação 09/08/2018
Exercício Financeiro 2017	Protocolo 02/07/2018	Aprovação 26/10/2018
Exercício Financeiro 2018	Protocolo 28/06/2019	Aprovação 12/11/2019
Exercício Financeiro 2019	Protocolo 27/08/2020	Aprovação 24/11/2020
Exercício Financeiro 2020	Protocolo 29/07/2021	Aprovação 15/03/2022

COFRAS | SECRETARIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Coordenadoria de Fomento da Rede de Assistência Social

Registro: 5537/SP/2006 | Data: 10/08/2006

CONSEAS | CERTIFICADO DO CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Lei: 8.742 de dezembro de 1993

Registro: 0514/SP/2001 | Data: 09/01/2002

CRCE | CERTIFICADO DE REGULARIDADE CADASTRAL DE ENTIDADES

Decreto nº 57.501, de 8 de novembro de 2011, Governo do Estado de São Paulo

Secretaria de Governo – Corregedoria Geral da Administração

Cadastro Estadual de Entidades – Sistema Integrado de Convênios

CRCE 1354/2012 | Liberação 05-11-2019 | **Validade 05/11/2024**

= Âmbito Municipal | São Paulo – SP

UPM | TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL

Lei: 12.520 de 25 de novembro de 1997

Registro: 43.370/2003 | Data: 23/06/2003 | Decreto: 43.370/03

Processo 2006.0.139.593-6	Renovação: 28/02/2008	Validade: 28/02/2011
Processo 2011-0.192.176-1	Renovação: 16/09/2011	Validade: 16/09/2014
Processo 2014.0.148.797-8	Renovação: 14/07/2014	Validade: 14/07/2017
Processo 2017-0.110.003-3	Renovação: 29/11/2017	Validade: 29/11/2020
Processo 6010.2020/0003095-3	Renovação: 04/12/2020	Validade: 04/12/2023

COMAS | CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Lei: 8.742 de 07 de dezembro de 1993

Registro: 607/2012 | Publicação DOCSP: 16/04/2013 | Emissão: 23/04/2013

Validade: por tempo indeterminado

Processo de manutenção 2013 protocolizado em 21/08/2013

Processo de manutenção 2014 protocolizado em 24/04/2014

Processo de manutenção 2015 protocolizado em 15/04/2015

Processo de manutenção do triênio 2016 / 2017 / 2018 protocolado em 06/04/2016

Processo de manutenção do triênio 2019 / 2020 / 2021 protocolado em 11/04/2019

Processo de Manutenção 2022 protocolizado em 28/04/2022 – **Triênio 2022/2023/2024**

CMDCA | CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Registro: 0850/99 | Lei: 8.069 de 13 de julho de 1990

Renovação de registro: 24/02/2014 | Validade: 24/02/2017

Renovação de registro: 30/01/2017 | Validade: 29/01/2020

Renovação de registro: 18/10/2019 | **Validade: 10/05/2023**

CENTS | CADASTRO MUNICIPAL ÚNICO DE ENTIDADES PARCEIRAS TERCEIRO SETOR

Lei nº 14.469/2007 de 5 de julho de 2007, artigo 3º

Decreto Municipal nº 52.830/2011, artigo 2º, Portaria nº 177/SEMPPLA/2012

Processo 2012.0165115-4 | deferimento 18/02/2014 | validade: 10/12/2014

Processo 2014.0339953-7 | deferimento 11/03/2016 | validade: 12/03/2017

Processo 2017.0041734-3 | deferimento 28/03/2017 | validade: 28/03/2018

Processo 6074.2018/0000400-1 | deferimento 17/04/2018 | validade: 07/04/2019

Processo 6074.2019/0000688-0 | deferimento 27/03/2019 | validade: 26/03/2020

Processo 6074.2020/0001802-2 | deferimento 29/04/2020 | validade: 30/04/2021

Processo 6074.2021/0002355-9 | deferimento 04/05/2021 | validade: 04/05/2022

Processo 6074.2022/0002867-6 | deferimento 28/04/2022 | validade 28/04/2023

SEFIN – SDI | DECLARAÇÃO DE IMUNIDADE TRIBUTÁRIA – PMSP

PROTOCOLO	CÓDIGO	EMISSÃO	VIGÊNCIA	SITUAÇÃO
2015-000590/CP01	6C6CC5	20/08/2015	06/10/2015 a 31/12/2016	renovada
2016-001068/CR01	839E3A	15/08/2016	16/08/2016 a 31/12/2017	renovada
2017-000799/CR02	28BA9B	28/08/2017	29/08/2017 a 31/12/2018	renovada
2018-001058/CR03	8E62CF	29/08/2018	29/08/2018 a 31/12/2019	renovada
2019-002369/CR04	7F1664	03/12/2019	04/12/2019 a 31/12/2020	renovada
2020-001742/CR05	091E87	10/12/2020	11/12/2020 a 31/12/2021	renovada
2021-001988/CR06		25/11/2021	26/11/2021 a 31/12/2022	vigente

SMADS | CERTIFICADO DE MATRÍCULA DE ORGANIZAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Certificado nº 28.23 – Supervisão de Assistência Social Jaçanã/Tremembé – SAS JT

Renovação 29/05/2012 | Deferimento 22/08/2012 – Validade: 30/06/2015

Renovação 07/05/2015 | Deferimento 12/05/2015 – Validade: 30/06/2016 *

Renovação 07/04/2016 | Deferimento 28/07/2016 – Validade: 30/06/2018

Renovação 11/04/2018 | Deferimento 11/07/2018 – Validade: 30/06/2022 **

* Validade prorrogada para 30/06/2016, conforme Portaria nº 12/2015-SMADS publicada no Diário Oficial da Cidade de São Paulo em 16 de maio de 2015, página 22.

** Validade prorrogada para 31/12/2021, conforme Portaria nº 036/SMADS/2021 publicada no Diário Oficial da Cidade de São Paulo em 22/05/2021: “prorroga até 31 de dezembro de 2021 as certificações de matrícula e credenciamento das organizações da sociedade civil junto a SMADS, desde que estejam na situação de concedida ou suspensa e possuam prazo de vigência até 30 de junho de 2021”.

** Validade prorrogada para 30/06/2022, conforme Portaria nº 075/SMADS/2021 publicada no Diário Oficial da Cidade de São Paulo de 09/12/2021.

= Âmbito Municipal | Rio de Janeiro – RJ

CMAS-RJ | CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nº Registro: 939 | Processo 08/004744/11 | Deliberação nº 582/2012

CMDCA-RJ | CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Lei: 8.069 de 13 de julho de 1990 | Nº Registro: 27/2008–19/03/2012

18 Avais, fianças e garantias

A Fundação não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante o exercício de 2021 e 2020.

19 Cobertura de seguros

A Fundação contratou seguros para proteção de seu patrimônio de acordo com as características dos bens, a relevância e o valor de reposição dos ativos e os riscos a que estejam expostos, observando-se os fundamentos de ordem legal, contratual e técnica. Os montantes são considerados suficientes pela administração para a cobertura dos riscos envolvidos. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

* * *

São Paulo, 31 de dezembro de 2021



Diretoria

Beatriz Campos Pantaleão
Diretora Executiva

Quality Associados Serviços Empresariais S/S Ltda.

Rogério Gerlah Paganatto
Contador CRC 1SP131987/O-3

* * * * *